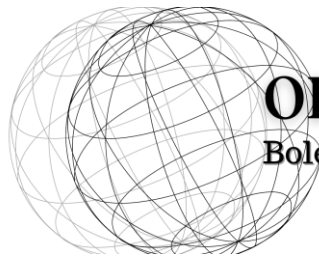


ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 2
Abril-Junho/2023
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

Vol. 1 - Nº 2 – Abril-Junho/2023

ORBIS – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação trimestral de análise de conjuntura editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira - LEPEB. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editores-adjuntos

- Danilo Sorato
- Eduardo Heleno de Jesus Santos

Autores/as desta edição

- Danilo Augusto da Silva Horta
- Elian Araújo
- Enzo Mello Cardoso Menucci
- Letícia Cordeiro Simões
- Priscila Frisone Costa
- Rafael Kritski
- Thais Ferreira Rodrigues

Conselho Editorial

- Ana Amélia Oliveira Penido, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José – FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval – EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas – FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

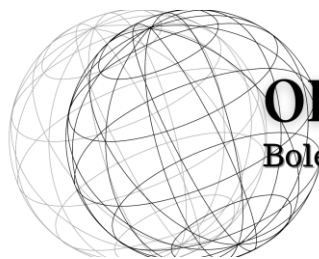
www.lepeb.uff.br

lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho - Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 - www.inest.uff.br

Foto de Capa: Brasília (DF), 05/06/2023 - Povos indígenas de diversas etnias montam acampamento em Brasília para mobilização contra o Marco Temporal. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

Vol. 1 - Nº 2 – Abril-Junho/2023

SUMÁRIO

Editorial

Equipe Editorial 03

Uma política externa não tão nova assim: uma análise da política externa do governo Lula III e seus desafios

Danilo Augusto da Silva Horta..... 05

49 anos de Relações Brasil-República Popular da China: um balanço

Letícia Cordeiro Simões 10

A atuação da oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nos primeiros meses do governo Lula III

Enzo Mello Barroso Menucci 15

Direitos Humanos e Educação como instrumentos estratégicos de cooperação no Mercosul: breves considerações

Elian Araújo e Priscila Frisone Costa 19

Ecos de junho de 2013, dez anos depois: afastando ruídos e buscando ressonâncias

Rafael Kritski 24

Violência institucional e gênero: a ausência do Estado que revitimiza as mulheres O governo Lula 3 e as Forças Armadas

Thaís Ferreira Rodrigues 29

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial 33

Editorial

Após seis meses, pode-se dizer que o maior mérito do governo Lula III é o retorno do país à institucionalidade e a uma relativa normalidade, depois de quatro anos de sobressaltos e constantes ameaças à democracia e ao Estado de Direito. Isto não significa, porém, que a radicalização política da extrema-direita ou o golpismo, que tiveram seu ápice no oitavo de janeiro, estejam superados ou que o governo esteja voando em céu de brigadeiro.

No mesmo pleito em que Lula conquistou seu terceiro mandato, foi eleito um congresso de maioria conservadora, maioria esta que se divide entre a oposição bolsonarista mais radicalizada e o “centrão”, que tem no Deputado Arthur Lira, presidente da Câmara, a sua maior liderança. Esse segundo grupo mantém a prática do “toma lá, dá cá”, consagrada no célebre aforismo “franciscano” adaptado, na época da Assembleia Constituinte, pelo líder do “centrão” original, o então Deputado Roberto Cardoso Alves: “é dando que se recebe”. E é com ele que o Executivo tem sido obrigado a negociar para obter apoio para aprovar suas propostas no Congresso Nacional, muitas vezes sem sucesso.

Assim, por problemas em sua articulação política, o governo amargou derrotas parciais ou totais em votações no Congresso – algumas, inclusive, sendo responsáveis por grandes retrocessos -, como na aprovação do Marco Temporal para demarcação das terras indígenas ou no esvaziamento dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, na votação da Medida Provisória que estabeleceu a estrutura do novo governo.

Por outro lado, de forma até certo ponto surpreendente, a área econômica tem apresentado resultados positivos com maior rapidez do que os analistas ou os jornalistas de economia esperavam. A habilidade e a capacidade de articulação demonstradas pelos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet na aprovação do Arcabouço Fiscal e a melhoria de indicadores econômicos – projeções de alta do PIB, inflação em queda – repercutiram positivamente, inclusive, para a alta na perspectiva de *rating* do Brasil pela agência de risco S&P, abrindo a possibilidade de que o país recupere, em breve, o grau de investimento. Tudo isto apesar da taxa de juros brasileira se manter como uma das mais altas do mundo, questão esta que tem sido o pivô de constantes atritos entre o Presidente da República e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e alvo de críticas de diferentes setores da sociedade que a veem como entrave a um maior

crescimento econômico. A recuperação econômica e a retomada do crescimento constituem-se em condições fundamentais para que sejam reconstruídas e ampliadas as políticas públicas que foram desmontadas e esvaziadas ao longo dos últimos anos.

No âmbito da política externa, o Brasil gradualmente vai voltando à cena, depois de quatro anos de isolamento, de conflitos com parceiros tradicionais e de alinhamento ideológico com países com governos iliberais, autoritários ou mesmo despóticos. A extensa agenda de viagens e encontros internacionais do presidente Luís Inácio Lula da Silva vem confirmando o mote de que “o Brasil está de volta”. No entanto, a tentativa de retorno à “Política Externa Ativa e Altiva” de seus dois primeiros mandatos não é isenta de controvérsias. A recepção efusiva à Nicolás Maduro – bem além do protocolo diplomático - e a defesa incondicional do governo venezuelano por parte de Lula, durante o encontro de presidentes sul-americanos ocorrido em Brasília, foram alvos de críticas por parte da maior parte da imprensa, de outros chefes de Estado da região e até mesmo de parlamentares de esquerda, pertencentes a partidos da base do governo. Da mesma forma, a postura dúbia e oscilante em relação ao conflito russo-ucraniano expõe as dificuldades em repetir as linhas gerais da política externa de Lula I e II em um contexto geopolítico global bastante distinto.

Todas essas questões aparecem nos artigos que compõem este segundo número do ORBIS, abarcando um conjunto de temas que inclui um balanço geral da política externa brasileira nestes seis primeiros meses de governo; um “voo” analítico sobre quase cinco décadas de relações sino-brasileiras; uma análise da atuação dos parlamentares da oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e uma reflexão sobre a importância da educação e dos direitos humanos nos processos de integração da América do Sul. Apresentamos também uma necessária avaliação crítica dos sentidos de Junho de 2013 - dez anos depois, ainda uma esfinge a ser decifrada – e uma discussão sobre políticas públicas de combate à violência de gênero e de atendimento às vítimas.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores

Uma política externa não tão nova assim: uma análise da política externa do governo Lula III e seus desafios

Daniilo Augusto da Silva Horta*

Quando Lula foi eleito para seu terceiro mandato, em 2022, em uma das eleições mais politizadas e acirradas desde o processo de redemocratização, parecia generalizada a percepção, tanto na academia quanto na sociedade civil, de que seu governo iria transformar, em maior ou menor medida, as políticas que vinham sendo impostas durante o governo de seu antecessor, Jair Bolsonaro. Apesar das expectativas de mudanças, reconhecia-se o fato de que tais transformações seriam limitadas/dificultadas por uma série de fatores institucionais (tais como a composição do legislativo; as dificuldades orçamentária oriundas de imposições constitucionais que limitam o gasto - popularmente denominada de Teto de Gastos - e as dificuldades oriundas da política de desmantelamento do Estado empregada, de diversas maneiras, por governos anteriores) e por fatores político-ideológicos, responsáveis por deixar a classe política e a sociedade civil mais sensíveis a temas relativos à políticas domésticas e a política externa. Às expectativas de mudanças, somavam-se as expectativas de que Lula adotaria medidas, especialmente no que tange a política externa, semelhante às adotadas em seus dois mandatos anteriores (2003 a 2010).

Na academia, há grande consenso sobre as principais características da política externa adotada nos dois primeiros governos Lula, embora existam disputas acerca de seus significados e objetivos. De modo geral, reconhece-se que a política externa dos dois primeiros governos Lula (2003-2010) foi marcada por grande pragmatismo, especialmente no que tange a busca por fortalecer laços com diferentes países do Sul global (isto é, valorizou-se as relações de caráter Sul-Sul) ao mesmo tempo em que buscava manter e promover boas relações com países do Norte global; dentro deste contexto, reconhece-se e destaca-se que a política externa dos governos Lula conferia grande importância econômica, política e diplomática para relações Sul-Sul, especialmente para os países latino-americanos, com os quais se buscava promover maiores graus de integração. Além disso, entende-se que a política externa adotada tinha relação direta com os objetivos econômicos domésticos dos governos Lula, marcados por uma tentativa de promover a industrialização e o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Outra característica que deve ser ressaltada é a de que a figura presidencial de Lula teve destaque na promoção e no sucesso das ações internacionais brasileiras durante seus governos — fala-se, portanto, de uma potente diplomacia presidencial

(VIGEVANI; CEPALUNI; 2007; PECEQUILO; CARMO, 2017). Chegando ao final do primeiro semestre do terceiro governo Lula, podemos dizer que muitas daquelas previsões iniciais se confirmaram, enquanto muitas das ações do governo parecem apontar para um caminho diverso do esperado. Analisemos isto.

Inicialmente, é fundamental destacar o fato de que a política externa vem se constituindo enquanto um dos elementos centrais da condução política do atual governo, sendo importante evidenciar o papel ativo e proativo do próprio presidente na condução desta política (ressurgimento da diplomacia presidencial). Desde o início do mandato presidencial, Lula já realizou diversas viagens e já visitou cerca de uma dezena de países, com destaque para os principais parceiros comerciais do Brasil - China, Estados Unidos e Argentina -, e realizará diversas outras no segundo semestre de 2023. Além das viagens realizadas tanto com os objetivos de estreitar laços políticos e econômicos bilaterais, o presidente também realizou viagens com o objetivo de participar de fóruns multilaterais, como o encontro do G7 realizado no Japão. Cada uma das viagens presidenciais realizadas por Lula e suas respectivas comitivas trouxeram importantes resultados político-econômicos e podem impactar positivamente o desenvolvimento socioeconômico e a projeção internacional do Brasil.

A primeira viagem realizada pelo Presidente da República foi para a Argentina, onde celebrou diversos acordos de cooperação internacional nas áreas de economia, saúde, ciência e tecnologia e defesa. Além disso, participou da VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), importante mecanismo de promoção da integração regional ao qual o Brasil se reintegrou no dia 5 de janeiro de 2023. Após anos de distanciamento dos governos argentinos, e em grande medida, dos latino-americanos, a escolha da Argentina como destino da primeira visita empreendida pela diplomacia presidencial de Lula, os acordos realizados nessa viagem e a participação na Cúpula da CELAC apontam para a valorização, por parte do novo governo, das relações diplomáticas e econômicas com os países latino-americanos.

O segundo destino exterior de Lula foi os Estados Unidos. Neste encontro buscou-se restabelecer as relações com a potência ocidental, após os diversos desgastes diplomáticos sofridos durante o governo anterior. No encontro tratou-se de temáticas como democracia e meio ambiente, pautas importantes para Lula e para sua base de apoio. O principal saldo desta viagem (e de outros encontros bilaterais entre Lula e Joe Biden, como aquele que ocorreu na COP27, realizada no Egito) foi o anúncio, realizado

posteriormente, de que os Estados Unidos doariam 500 milhões de dólares para o Fundo Amazônia (aproximadamente R\$ 2,5 bilhões na cotação atual).

O terceiro país visitado por Lula foi a China, muito atacada por Jair Bolsonaro e importantes membros do executivo e legislativo nacional durante a pandemia de Covid-19, especialmente por motivos ideológicos. A viagem de Lula à China demonstra um interesse em reestruturar os diálogos diplomáticos e a cooperação com a potência asiática, importante ator na política externa brasileira com foco nas relações de caráter Sul-Sul. Essa visita resultou em diversos acordos comerciais e financeiros dos quais podemos ressaltar o estabelecimento de investimentos produtivos no país, tanto nos setores econômicos nacionais quanto na infraestrutura. Ao todo, de acordo com Lula e Fernando Haddad, espera-se que a China invista R\$50 bilhões no país. Além disso foram estabelecidos acordos que facilitam o comércio entre os dois países, especialmente o que possibilita a transação direta entre Real e Yuan. Em sequência à viagem à China, Lula realizou uma viagem aos Emirados Árabes, onde teriam sido obtidos cerca de R\$ 12 bilhões em investimentos a serem realizados no Brasil. Em todas as viagens feitas por Lula durante seu terceiro governo, foram realizados diversos acordos econômicos, políticos e culturais e captados distintos recursos que servem tanto de auxílio aos objetivos econômicos e políticos domésticos de Lula III quanto promovem uma maior inserção internacional do país.

Somado à intensa diplomacia presidencial protagonizada por Lula no primeiro semestre de 2023, importa destacar que o Brasil recebeu vários chefes de Estado e de governo estrangeiros a fim de restabelecer e desenvolver laços diplomáticos, políticos e comerciais com países de todo o mundo e promover os interesses buscados pelo governo. Dentro desse escopo, dois eventos chamam a atenção. O primeiro deles diz respeito ao fato de o presidente Lula ter recebido, no dia 29 de maio de 2023, no Palácio do Planalto, Nicolás Maduro, presidente da Venezuela. As reuniões bilaterais entre os governos brasileiro e venezuelano buscaram reestruturar e reforçar os laços diplomáticos e econômicos existentes entre Brasil e Venezuela, após anos de distanciamento e tensões diplomáticas. O problema deste encontro é que Maduro é considerado por muitos setores políticos e sociais nacionais e estrangeiros, como sendo um ditador. Devido a centralidade que a defesa da democracia e das instituições democráticas assumem no governo Lula III, esse fato constituiria, para muitos analistas e políticos, um grande impeditivo à reestruturação das relações existentes entre Brasil e Venezuela. As reações negativas às reuniões e acordos realizados entre Brasil e Venezuela foram intensas e ocorreram tanto entre parlamentares quanto na sociedade civil, onde se verificou centenas de milhares de

posts críticos à reunião nas redes sociais (SCATOLINI, 2023); este fato demonstra a grande politização (influenciada por distintas disputas ideológicas) acerca da pauta de política externa existente no país; tal politização parece impor custos elevados a certas ações internacionais do Brasil e pode limitar o pragmatismo que, até o momento, também caracteriza a condução da política externa brasileira.

O segundo evento foi a reunião de Lula com mais de dez presidentes sul-americanos no Palácio do Itamaraty, efetuado dias após a realização das reuniões bilaterais com Maduro. Este encontro contou com a presença de todos os presidentes dos países sul-americanos (com exceção de Dina Boluarte, presidente do Peru, que enviou Alberto Otárola, em seu lugar). Realizado com o objetivo de promover a cooperação e buscar uma maior integração regional, o evento possibilitou avanços e discussões sobre diversas áreas, como energia, infraestrutura, segurança e saúde. Apesar de tudo, o evento foi marcado por críticas (realizadas especialmente por Gabriel Boric, presidente do Chile, e Luis Lacalle Pou, presidente do Uruguai) à presença de Nicolas Maduro e ao apoio dado por Lula ao presidente da Venezuela.

As diversas ações adotadas por Lula até o momento, assim como as diversas viagens planejadas, apontam para a continuidade da centralidade da política externa no atual governo. Assim como esperado, a política externa desenvolvida e planejada apresenta características semelhantes a adotada por Lula em seus dois mandatos precedentes, das quais podemos citar: a busca por fortalecer relações de caráter Sul-Sul e manter boas relações com países do Norte global — com a finalidade de potencializar, por meio das relações externas, os recursos e capacidades do Brasil; a busca por elevar a cooperação e a integração com países sul-americanos e a manutenção de uma ativa diplomacia presidencial (com a manutenção do protagonismo de Lula). Esses elementos se somam a busca por tentar criar, reestabelecer e fortalecer instrumentos de cooperação multilateral, tal como se dá no caso da Celac; da cúpula entre os líderes sul-americanos realizada no Brasil e na posterior participação de Lula na Cúpula do Mercosul, nos dias 3 e 4 de julho.

Apesar da manutenção dos mesmos eixos de política externa, parece evidente que o governo Lula III lida com diversos problemas para adotar uma política externa pragmática, pelo menos na mesma intensidade e/ou na mesma forma que fora adotada nos governos anteriores. Grande parte destes problemas advém do fato de que as ações e objetivos estratégicos buscados pela política externa de Lula III enfrentam diversas disputas marcadas pela ideologia e com pouco consenso, seja o âmbito doméstico seja no âmbito externo. Essas dificuldades podem ser apreendidas tanto das críticas de Boric e

Lacalle Pou às relações do Brasil com a Venezuela (e que sem dúvidas, repercutem em processos de integração e cooperação regional) quanto das intensas críticas e oposições domésticas enfrentadas por Lula III ao assumir uma postura mais pragmática nas relações exteriores de seu governo.

Neste primeiro semestre de 2023, nos parece claro a existência de uma tentativa de reposicionar o Brasil no cenário internacional e de utilizar a política externa como um instrumento da promoção do desenvolvimento. Além disso, é importante considerar o fato de que muitas ações adotadas na política externa servem como meio de fortalecer o governo (e a frente ampla, sua base de apoio) no ambiente doméstico, tal como pode ser observado nas relações firmadas com os EUA, onde as temáticas da democracia e do meio ambiente ganham centralidade.

Referências

PECEQUILO, C.; CARMO, C. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. **Perspectivas**, Unesp, v. 50, p. 13-46, 2017.

SCATOLINI, A. Maduro e Lula: Reação a encontro nas redes sociais é majoritariamente negativa, aponta levantamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/05/reacao-a-encontro-de-lula-e-maduro-nas-redes-sociais-e-majoritariamente-negativa-aponta-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 4 de jun. de 2023.

VIGEVANI, T. e CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273–335, jul. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/#>>. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/UNICAMP). Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: danielosilvahorta@gmail.com

49 anos de Relações Brasil-República Popular da China: um balanço

Letícia Cordeiro Simões*

Por muito tempo, a política externa brasileira esteve voltada para os Estados Unidos e para seus vizinhos latino-americanos. A relação triangular estabelecida na década de 1930 entre Brasil, América Latina e Estados Unidos ainda encontra repercussão nos dias atuais (RICUPERO, 2006). Historicamente, as relações do Brasil com a Ásia não figuraram entre as prioridades da política externa brasileira. Uma exceção não linear vem sendo a China, que apesar de ter uma relação antiga com o Brasil, ganhou destaque no contexto da “parceria estratégica” firmada entre os dois países e iniciada na década de 1990 por esforço do embaixador brasileiro em Beijing, Roberto Abdenur, e bem mais recentemente no contexto dos BRICS.

O último mês de abril marcou a terceira visita de Estado do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva à China, que parece ter sido recolocada no lugar de parceiro prioritário de política externa do país, depois de anos de menor importância diplomática, mas não comercial, para o Brasil. Recebido com todas as honras de Chefe de Estado pelo contraparte chinês, Xi Jinping, o presidente brasileiro, acompanhado por uma comitiva de políticos e empresários, assinou 11 memorandos de entendimento e 4 acordos que buscam fomentar a cooperação entre os dois países em áreas diversas que vão desde comércio e indústria, passando por comunicação e inovação, e chegando à pesquisa e tecnologia (BRASIL, 2023).

Apesar da importância que hoje a China tem na balança comercial brasileira, as relações do Brasil com o Leste Asiático tiveram início no final do século XIX, mas foi somente a partir da década de 1950 que a Ásia começou a surgir – embora timidamente – como uma opção para o governo brasileiro (AMORIM; OLIVEIRA, 2000). As prioridades brasileiras sempre foram os países vizinhos, os Estados Unidos e os países europeus.

O relacionamento sino-brasileiro possui raízes do período do Brasil Império, quando em 1879, D. Pedro II enviou uma grande missão ao também Império chinês no intuito de “estabelecer uma corrente migratória para o Brasil e ativar o fluxo de comércio entre os dois Impérios” (CERVO, 2008, p. 274). Contudo, no início do período republicano (1889-1930) houve um afastamento entre os países, influenciado, principalmente, por fatores externos que afetaram a China, que vivia o contexto conturbado do Século das Humilhações (1839-1949) (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de desacelerada, no início do século XX, houve aumento das relações Brasil-China com a assinatura de acordos bilaterais como a Convenção de Arbitramento (1909) e o Convênio Cultural (1910) (PINTO; GONÇALVES, 2019). Nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da política externa independente (PEI) e seus desdobramentos, uma das medidas que caracterizaram a nova disposição do país com relação à Ásia foi o reconhecimento, em 1974, por parte do governo Geisel, da China continental como República Popular da China (RPC) e o descredenciamento de Taiwan – movimentos contrários àqueles empreendidos pelos Estados Unidos.

O reconhecimento vinha pouco tempo depois da acessão da RPC no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, juntamente com um importante marco político para as relações sino-brasileiras: a negociação para a instalação da Embaixada chinesa em Brasília e da Embaixada brasileira em Pequim. A partir de então, a China era percebida pelo Brasil como uma oportunidade. E apesar das diferenças político-ideológicas, a RPC podia ser vista como um país cujos ideais se assemelhavam aos objetivos brasileiros, levando ao início da construção de uma aliança mútua de interesses (OLIVEIRA, 2003).

Nesse momento, o país também estreitou laços com o Japão, que retomava seus investimentos no Brasil, o que possibilitou maior intercâmbio comercial, investimentos e cooperação tecnológica. Nesse contexto, o presidente João Batista Figueiredo foi o primeiro mandatário brasileiro a visitar a China, em 1984; nesse mesmo ano, passou pelo Japão e assinou acordos sobre a imigração e cooperação em ciência e tecnologia (MASIERO, 2007).

Com o fim da Era Mao Tse-Tung (1949-1976) e início do governo de Deng Xiaoping (1978-1992), a China iniciou seu processo de reabertura comercial na década de 1980 e reaproximação com a comunidade internacional. Foi na segunda metade da década de 1980 que foram assinados os acordos para a construção de satélites próprios e independentes das potências desenvolvidas com o Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). Já na década de 1990, em 1993, no governo de Jiang Zemin na China e de Itamar Franco no Brasil, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre os dois países, que tinha como objetivo comum o desenvolvimento. Já no ano seguinte, houve o estreitamento de diálogos em setores como telecomunicações, energia e informática (BIATOR JR, 2010).

No governo Fernando Henrique, as relações do Brasil com os países asiáticos, para além da China, são estreitadas, o que pode ser exemplificado pela criação do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), criado em 1999 com a função de

promover o diálogo político e econômico e a cooperação entre as regiões. O ano de 1999 também marcou o lançamento do primeiro satélite, fruto de uma parceria bilateral sino-brasileira, que tinha o intuito de tornar os países menos dependentes de tecnologias de monitoramento dominadas pelo norte (INPE, 2018). Ao total, seis satélites do programa já foram lançados ao espaço.

Durante os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve grande expansão da economia brasileira, o que gerou intensificação das relações com a América do Sul e com demais países emergentes, como China, Rússia, África do Sul e Índia. Contudo, a crise econômica de 2008 desacelerou o crescimento e desenvolvimento de China e Brasil, porém, sem deixar de lado a relação especial de comércio e cooperação bilateral que estabeleceram.

Ainda, destaca-se a realização frequente de missões empresariais conduzidas pelo governo brasileiro à China e a criação do Banco dos BRICS (2014) após anos de conversação que deram origem ao agrupamento em 2010. O relacionamento brasileiro com a China tem sido estreitado nos últimos anos principalmente na área de comércio e na agenda de cooperação Sul-Sul. Desde a virada do século, o continente asiático tornou-se o principal destino das exportações brasileiras, em grande medida devido às demandas chinesas. Desde 2009, a China ocupa a posição de maior mercado de exportações e principal sócio comercial brasileiro.

Nos governos de Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2018) percebeu-se, apesar da mudança de foco de política interna e externa, principalmente após o impeachment, uma contínua ascensão da China enquanto parceiro importante do Brasil e de outras partes do mundo. Além de ser o principal parceiro comercial do Brasil, a China também passou a ser em 2012 o principal exportador de mercadorias para o Brasil.

Ainda em 2012, as relações atingiram outro nível com a assinatura de uma "Parceria Estratégica Global", juntamente com a criação do "Diálogo Estratégico Global" entre Ministros das Relações Exteriores, e do "Plano Decenal de Cooperação" (2012-2021), todos no governo Dilma. E por mais que se tenha imaginado que com a saída dos governos petistas do poder, haveria uma mudança no relacionamento com a China, por uma possível menor "proximidade ideológica", não foi o que ocorreu. Entre 2016 e 2017, por exemplo, a China consolidou as exportações de capitais para o Brasil, liderando as aquisições no país (ALMEIDA, 2019).

Os anos de governo Bolsonaro no Brasil foram marcados, inicialmente, por uma oposição aberta ao maior parceiro comercial do país dadas as características políticas do governo chinês. Ainda durante a campanha eleitoral, Bolsonaro fez críticas à China e

ao seu tipo de governo, ataques que foram corroborados por pessoas próximas ao presidente, como seus filhos ou auxiliares diretos. Em 2019, no início de seu mandato, o presidente visitou Taiwan, o que irritou a cúpula dirigente da China, e em maio de 2021 insinuou que a pandemia de COVID-19 era parte de uma guerra biológica. Apesar das polêmicas, os investimentos chineses no Brasil bateram recorde em 2021 e o fluxo comercial entre os dois países permaneceu em patamar elevado (BARRUCHO, 2023).

Em 2023, se iniciou o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, notadamente o presidente brasileiro que mais expandiu as relações com a RPC no presente século. Às vésperas dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e República Popular da China, as expectativas para os próximos anos são de aumento na intensidade e qualidade nas relações bilaterais se comparadas aos anos anteriores, o que pode ser ilustrado, entre outros, com os acordos assinados em abril e com a presença de Dilma Rousseff na presidência do Banco dos BRICS.

Referências

ALMEIDA, Jorge. As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. **43° Encontro Anual da ANPOCS**, 2019. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st30-4/11812-as-relacoes-china-brasil-em-leitura-comparada-nos-governos-de-lula-dilma-temer-e-bolsonaro/file>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

AMORIM, Wellington; OLIVEIRA, Henrique Altemani. O Relacionamento Brasil-Japão. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Vol III. 2ª Edição. São Paulo: USP, 2000.

BARRUCHO, Luís. Como deve mudar relação do Brasil com a China no novo governo Lula, **BBC**, Londres, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64183029>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

BIATO JR., Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

BRASIL. **Brasil e China fecham 15 acordos e reforçam parceria**. 2023 Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/04/brasil-e-china-fecham-15-acordos-e-reforcam-parceria>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL (INPE). **História**, 2018. Disponível em: <http://www.cbears.inpe.br/sobre/historia.php>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

MASIERO, Gilmar. **Negócios com o Japão, Coréia do Sul e China: Economia, gestão e relações com o Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa Brasileira**. Editora Aduaneiras, 2003.

OLIVEIRA, Henrique. **Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica**. Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 47 n. 1, p. 7-30, 2004.

PINTO, I. C. C. e GONÇALVES, F. C. N. I. A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: obstáculos e potencialidades de uma relação assimétrica. In: GONCALVES, F. C. N. I. ; SIMÕES, L. C. **Relações Internacionais em perspectiva – Vol. IV**. São Paulo: PerSe, 2019, p. 12-41.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Vol I. 2ª Edição. São Paulo: Lumen Juris, 2006, p. 15.

* Doutora e Mestre em Relações Internacionais (UERJ). Professora Substituta do INEST-UFF e Professora Adjunta do Unilasalle-RJ. E-mail: leticiacondeirosimoes@gmail.com

A atuação da oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nos primeiros meses do governo Lula III

Enzo Mello Barroso Menucci*

Voltar a pensar o Brasil a partir dos interesses nacionais é um dos grandes desafios do governo Lula III. Logicamente, é um esforço em sintonia com o empreendimento maior de retomada das atividades pós-Bolsonaro. Nesta especificidade, a questão posta é a de voltar à uma política externa propositiva, em contraposição à reatividade anterior, postura essa que teve como exceção a fracassada iniciativa do Prosul.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo se debruçar brevemente sobre os primeiros movimentos da política externa brasileira (PEB) em 2023, incluindo suas repercussões nos chamados núcleos da política externa bolsonarista: militares, político-ideológico e econômico liberal-conservador (HIRST; MACIEL, 2020). Para isso, partimos da observação de sessões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) de discursos de parlamentares opositores, levantados no site oficial da Câmara dos Deputados entre março e maio de 2023.

Se as eleições parlamentares de 2018 pulverizaram as bancadas com os maiores partidos, elegendo, em geral, entre 30 ou 40 deputados federais cada, as eleições de 2022 acabaram indo na contramão desse maior equilíbrio (BBC, 2022), certamente, entre outros fatores, reflexo da reforma eleitoral recente. Um exemplo concreto é o Partido Liberal, do ex-presidente Jair Bolsonaro, ter obtido a maior bancada nas duas casas, seguido pela federação governista. As demais legendas aparecem atrás com uma diferença significativa de congressistas.

Esse cenário também se configura com a vitória de Lula e o enfrentamento de uma oposição que é capaz de ir além de Bolsonaro, como apontado por Sergio Schargel (2023, p. 7), num movimento mais capilarizado, incontornável e intransigente no Congresso.

A ampliação do processo decisório da política externa brasileira também tem seu peso nesse novo panorama, consequência de um processo de diminuição do protagonismo do Itamaraty (SANTOS; PINHEIRO, 2023). Ao mesmo tempo, a importância da diplomacia presidencial, traço forte das gestões anteriores de Lula e já presente na atual, se coloca de maneira firme na direção da reconstrução da política externa brasileira.

Acentua-se, nessa questão, a frágil governabilidade do chamado “Lula III” e a necessidade de uma maior articulação entre os atores em função da institucionalização da PEB, como apontado por Maria Regina Soares de Lima, Diogo Ives e Marianna Albuquerque (p. 7, 2023).

Além disso, a característica mais visível desses esforços no início do governo tem sido no sentido de retomar as rédeas da PEB, até então relegada ao simples nível comercial, consequência dos últimos anos de abandono e ideologização, na contramão do histórico pragmatismo diplomático.

Até o momento, as figuras mais proeminentes na Comissão em questão são os deputados Marcel van Hattem (Novo-RS), Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Ricardo Salles (PL-SP), todos com grande protagonismo no governo anterior. Notadamente, há uma maioria conservadora, em consonância, tanto com a maior bancada, quanto com a mais forte liderança oposicionista ao governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Um dos primeiros temas debatidos na CREDN foi o fim da isenção de vistos para nacionais australianos, estadunidenses, canadenses e japoneses, de acordo com o princípio da reciprocidade em relações bilaterais. Em audiência pública no dia 26 de abril, o embaixador Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes, secretário de comunidades brasileiras e assuntos consulares e jurídicos, compareceu na comissão representando o chanceler Mauro Vieira, então na Espanha, para dar explicações sobre a decisão do governo.

No que toca aos objetivos mais amplos da diplomacia brasileira, uma crítica relativamente pertinente é a de postergar os esforços de integrar a OCDE. Um debate chegou a ser marcado para o dia 11 de maio por requerimento do deputado Marcel van Hattem, mas acabou sendo cancelado.

Em sintonia com a reorientação da diplomacia, no dia 3 de maio foi aprovado um requerimento, a pedido do deputado Ricardo Salles, para que o ministro das Relações Exteriores prestasse esclarecimentos sobre o reingresso do Brasil na Unasul, com o deputado Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (PL-SP) solicitando, também, esclarecimentos sobre aspectos jurídicos e diplomáticos dessa iniciativa.

Em 16 de maio, houve uma visita de uma delegação do Parlamento Europeu na comissão. Nesse encontro, o deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL) repudiou uma fala do presidente da república que atribuía à Europa responsabilidades sobre a guerra russo-ucraniana. O posicionamento brasileiro em relação à guerra também levou a

questionamentos recorrentes, sobretudo às falas do presidente Lula defendendo uma posição de neutralidade frente ao conflito.

A questão da reaproximação com a Nicarágua e a Venezuela também foram pontos debatidos na CREDN. No que toca à primeira, por requerimento da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), uma moção de repúdio foi apresentada na comissão, que acabou agregando mais alguns tópicos específicos, a pedido de outros deputados. O deputado Eduardo Bolsonaro criticou a não assinatura de condenação a Ortega nas Nações Unidas. Também foi abordado algumas vezes, mesmo que de maneira breve, a autorização de atracação de navios iranianos em portos brasileiros, tanto pelo deputado van Hattem em 15 de março, quanto pelo deputado Alfredo Gaspar, em 12 de abril.

Outro tema muito tratado pelos deputados opositores na CREDN é a nomeação do ex-senador e ex-governador do Acre Jorge Viana para a presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). As críticas, requerimentos e moções ora se debruçam sobre qualificações curriculares de Viana, ora sobre a implementação de reformas na agência.

Outros dois pontos importantes desse primeiro semestre na CREDN foram as presenças dos ministros Mauro Vieira, de Relações Exteriores, e José Múcio Monteiro Filho, de Defesa. O primeiro foi questionado, entre outros assuntos, sobre o retorno do país à Unasul, em virtude dos outros países integrantes e suas questões de Estado de Direito. Já o segundo, apresentou no dia 17 de maio as prioridades da defesa nacional para o ano corrente. Neste encontro, o deputado Ricardo Salles argumentou em favor do fim das operações GLO - embora por motivos opostos aos dos problemas frequentemente apontados em estudos acadêmicos - e do artigo 142 da Constituição Federal (bastante abordado durante as últimas eleições).

Outra questão, digna de nota, discutida na Comissão é a emigração de jovens indígenas da Amazônia para a Turquia, debate suscitado por uma matéria publicada pelo portal “Metrópoles”, que apontou a possível atuação de um grupo religioso islâmico junto a jovens indígenas do estado do Amazonas. Apesar dessa organização ter começado a atuar no município de São Gabriel da Cachoeira em 2019, a sessão convocada por requerimento do Dep. Alfredo Gaspar foi marcada por cobranças de medidas mais efetivas do Executivo em relação ao combate ao tráfico de pessoas.

Assim, conforme o desenho acima, é que tem se dado a atuação dos parlamentares de oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao longo deste primeiro semestre de 2023. Certamente, muitos desses posicionamentos são decorrentes não apenas da filiação partidária, mas principalmente de alinhamentos ideológicos e

visões divergentes acerca das potencialidades da política externa brasileira, notadamente no que se refere à escolha e construção de parcerias estratégicas.

Referências:

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da política externa brasileira no governo Bolsonaro. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 3, jul/set., p. 6-15, 2020.

SCHARGEL, Sergio. O que resta do bolsonarismo. **Boletim Orbis**, Niterói, v. 1, n.1, p. 5-8, 2023.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; PINHEIRO, Leticia. A reconfiguração do processo decisório da política externa brasileira, seus estudos e novas agendas de pesquisa. In: PINHEIRO, Leticia; GONÇALVES, Fernanda Nanci (org.). **Análise de política externa no sul geopolítico: interpretações e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2023.

LIMA, Maria Regina Soares; IVES, Diogo; ALBUQUERQUE, Marianna. Editorial: o retorno de uma política externa brasileira multifacetada. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 1, jan/mar., p. 4-8, 2023.

BBC. **Eleições 2022: quantos deputados e senadores cada partido elegeu**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63115390>>. Acesso em: 6 jun. de 2023.

SITE OFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/agenda>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestrando em Estudos Estratégicos no PPGEST/UFF. É pesquisador do Laboratório Nexus (associado ao grupo de pesquisa SeDeAMERICAS) e do Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira (LEPEB/UFF). E-mail: enzomenucci@id.uff.br

Direitos Humanos e Educação como instrumentos estratégicos de cooperação no Mercosul: breves considerações

Elían Araújo*
Priscila Frisone Costa**

O isolamento social decorrente da pandemia provocada pelo vírus da COVID-19 trouxe mudanças fundamentais em diversos aspectos. Este isolamento trouxe à tona, de forma mais assertiva, inúmeras questões sociais, econômicas e políticas. Neste cenário, durante o isolamento, as atividades escolares aqui no Brasil e em muitos países foram aplicadas de forma remota haja vista que por grande parte do período pandêmico era desaconselhado a frequência dos estudantes à escola.

Esta estratégia rasgou o véu de inúmeras questões que envolvem a educação brasileira. De antemão, destaca-se que as problemáticas aqui apresentadas não são questões novas que tiveram sua gênese a partir do isolamento social e no consequente fechamento das escolas, os problemas elencados aqui remontam há muito tempo e já foram sistematicamente debatidos. O que a pandemia nos trouxe foi uma ampliação e certo aumento de tensão em relação ao que já existia. Pode-se dizer que as preocupações em relação às escolas fechadas, sobretudo das públicas, tanto da sociedade civil como dos gestores públicos de um modo geral giraram em torno de: a) o que alunos e alunas comeriam? b) quem tomaria conta das crianças e adolescentes? e c) como fazer para ensinar os conteúdos? Afinal, alunos e alunas não poderiam “perder” o ano.

Tais questões apontam para a necessidade de uma transformação radical na forma de educar em nosso país. Deste modo, sendo confrontados por estas questões, sentimos provocados a indicar caminhos de construção de práticas educacionais, embasadas nos pressupostos teórico-filosóficos de Paulo Freire. A escola como se apresenta parece não ser mais adequada para a construção de uma sociedade justa e igualitária tal qual preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Além destas questões relativas à educação, observou-se também no contexto da pandemia a necessidade de integração entre os países, sobretudo os países latino-americanos para que se fortaleçam de modo a constituírem um bloco de nações que se protejam mutuamente nas mais diversas situações de maneira que não fiquem vulneráveis e nem à mercê da benesse dos países que no contexto geopolítico se colocam como potências hegemônicas. Deste modo há que se pensar estratégias para se constituir povos latino-americanos que se (re)conheçam como irmãos e que se disponham a construir e

consolidar esta integração. Para alcançar tal objetivo parece-nos razoável que a educação escolar possa indicar caminhos para tal: faz-se necessário uma educação republicana pautada numa perspectiva formativa embasada nos direitos humanos.

Tratar da temática Direitos Humanos e Educação é um desafio necessário. Para tanto, o presente trabalho, terá como objetivo, primeiramente, apresentar a noção de que o direito a educação é um direito humano previsto, inclusive, no artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos. Além disso, cumpre destacar que em 2009 o Conselho do Mercado Comum criou o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) com objetivo de fortalecer, consolidar o desenvolvimento integratório do bloco, inclusive no Setor Educacional do Mercosul.

Para que a escola cumpra seu papel de instrumento para a propagação dos princípios dos direitos humanos, é preciso repensar as práticas de educação formal. Não cabem na concepção de escola arcaica os princípios de uma educação voltada para os direitos humanos. Faz-se necessário abrir mão da educação “bancária” e educar de forma “libertadora” como preconizou Paulo Freire (1987).

Assim, a educação precisa estar calcada nos aspectos principiológicos dos direitos humanos, através de uma escola que busque, desde sua organização espacial até sua programação curricular, educar de forma emancipatória empoderando seus estudantes, baseando-se, sobretudo nos “princípios da liberdade, da solidariedade, e do respeito à diversidade” (SIEDE, 2020, p.34).

De fato, o conhecimento liberta e emancipa na medida ajudam os mais jovens a compreender a sociedade na qual estão inseridos e, sobretudo, perceber que o que se apresenta a eles é fruto de construção histórico-social, sendo passível, portanto, de mudanças. Os estudantes precisam ter a liberdade para questionar inclusive o ordenamento jurídico buscando sempre que a lei seja o mais justa possível.

Ao se estimular a construção de conhecimento de forma cooperativa se estimula e desenvolve a solidariedade. Este sentimento – solidariedade – é imprescindível quando se pensa na construção de uma sociedade que se pautar pela preservação dos direitos humanos, pois apenas indivíduos radicalmente solidários, capazes de expressar empatia são aptos a defender e propagar tais direitos.

A educação é também um instrumento estratégico no processo de integração regional, destacamos o Setor Educacional do Mercosul (SEM), criado em 1991 a partir de um protocolo intenções, assinado pelos Ministros da Educação dos países integrantes do bloco. Com vistas estimular a conscientização cidadã para integração e promoção de uma educação qualitativa comum em um processo desenvolvimentista com justiça social.

Nessa perspectiva, o Mercosul foi se delineando como um espaço estratégico de desenvolvimento autossustentável inclusivo, democrático, plural, equitativo, com fundamento na cidadania ativa. A dimensão social passou ocupar papel fundamental, onde o bloco assume outro enfoque para aprofundar os processos de integração regional (HOFFMAN, KFURI E COUTINHO, 2007). A Cúpula de Assunção, em junho de 2011, aprovou um Plano Estratégico de Ação Social (PEAS). Dentre os objetivos específicos do PEAS estão: 1) combater as desigualdades sociais; 2) Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e 3) Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo. A atividade do Mercosul Social no setor da educação traduz-se em ampliar entre os povos a integração Latino-Americana solidária através do conhecimento.

Deste modo, a educação destaca-se como mecanismo de desenvolvimento social e econômico, um direito humano, social e instrumento fundamental no processo de integracionista. Tal concepção da educação segue a proposta do Banco Mundial de desenvolvimento econômico fundamentado pelo conhecimento. O argumento dirige-se no sentido de demonstrar que o conhecimento e a educação são componentes essenciais para o alívio da pobreza e, mais ainda, para a elevação do capital humano, elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico dos países (GOIN, 2008).

O Mercosul Educacional tem propiciado instrumentos hábeis para a formação de um conhecimento autônomo e libertário, uma integração educacional que visa à união dos povos e a criação de espaços regionais de ensino e pesquisa vêm ampliando o diálogo político entre os seus representantes, promovendo maior circulação de professores, alunos e saberes no espaço regional, além de ter avançado nas discussões em relação à validação de títulos e diplomas de ensino fundamental, médio, não técnico, técnico e nos debates sobre a validação dos diplomas universitários e das habilitações profissionais, tornando possível o estabelecimento da livre circulação de trabalhadores e prestadores de serviços.

Deste modo, é possível perceber que a atuação de modo sistêmico da temática da educação e políticas do Mercosul através de redes do conhecimento. A institucionalização de suas influências na agenda política e sua capacidade de convergência nos comportamentos dos Estados, coordenação política e consolidação no Mercosul. Nossa inquietude em relação ao estado de coisas atual, em que a ameaça aos direitos humanos da educação é patente diante de todo ataque à ciência, à cultura, às artes, às minorias e, em última análise à própria democracia, partindo da vivência docente das autoras nos diferentes níveis de ensino e tendo por objetivo principal analisar a educação como direito humano fundamental, para indicar caminhos de construção de práticas

educacionais sustentáveis que guardem identidade com a comunidade escolar, buscando institucionalizá-las através das comunidades epistêmicas, demonstrando assim que a transformação é possível e se dá através de uma educação com princípios filosóficos estritamente pautados nos direitos humanos.

De fato, há uma crise de valores em nossa sociedade. Referimo-nos aos valores enquanto princípios éticos, universais, aqueles que nos constituem como humanidade e que fundamentam a existência dos Direitos Humanos. Falamos de respeito à vida e à dignidade da pessoa humana, de solidariedade, de empatia e acolhimento à diversidade. A análise da integração Mercosulina educacional parte de reconhecer as perspectivas, teorias e metodologias disponibilizadas ao estudo das construções de redes de produção de conhecimento bem como as mudanças de paradigmas no campo da integração do conhecimento regional (BEIGEL, 2013).

E é na escola, através da educação que se paute fundamental e radicalmente nos princípios dos Direitos Humanos de liberdade, solidariedade e respeito a diversidade que será possível que as próximas gerações, conscientes de seu papel, possam operar tais mudanças. De fato, é no trabalho da educação escolar, árduo, constante, ininterrupto incansável que está a possibilidade de construir uma sociedade justa e igualitária. Essa é a nossa esperança. Tomamos o termo esperança aqui como demonstrou Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Esperança* que, ter esperança, não se configura em esperar. Ter Esperança, ao contrário, é agir, atuar, imprimir mudanças, “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, 1992, p.5).

Referências

BEIGEL, F. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. **Revista Nueva Sociedad** (245): 110-123.

COUTINHO, Marcelo. HOFFMANN, Andréa Ribeiro, KFURI, Regina. Indicadores e análise multidimensional do processo de integração do Cone Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 51, n. 2, pp. 98-116, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOIN, M; RENDUELES, C.; PRATES, J. C. Conjuntura, gênese e formação profissional: notas relacionais entre o Serviço Social brasileiro e espanhol. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 125, p. 64-84, 2016.

SIEDE, I. (2020). Desafios atuais da educação em direitos humanos. **Olhares: Revista Do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 8, n. 2, p. 31-45, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2020.v8.10823>. Acesso em: 02/11/2020.

MARTINS, J.R.V. ; ALBUQUERQUE, C. e GOMENSORO, F. Mercosul social e participativo: a ampliação da esfera pública regional. In: CAETANO, G. (coord.). **Mercosur: 20 años**, Montevidéo: Cefir. 2011.

* Doutora em Ciência Política (UCAM) e professora colaboradora do INEST-UFF. E-mail: elianpa@yahoo.com.br

** Licenciada em Filosofia (UERJ), Bacharel em Direito (Mackenzie-Rio) e Pós-graduada em Alfabetização de Crianças das Classes Populares (UFF). E-mail: prifrisone@gmail.com

Ecos de junho de 2013, dez anos depois: afastando ruídos e buscando ressonâncias

Rafael Kritski*

Fazer um balanço de junho de 2013 dez anos depois é um exercício perigoso. As manifestações reuniram diversos sujeitos sociais e políticos, que, na memória, sobrevalorizam sua experiência particular em relação aos sentidos gerais do fenômeno. Passada uma década, a sequência de protestos em si já se confunde com seus variados usos políticos e seus correspondentes chavões no debate público.

Algumas ideias precisam ser descartadas de antemão. A dimensão nacional de junho não se deu em solidariedade aos atingidos pela violência estatal no dia 13 daquele mês em São Paulo. Quem o diz desconsidera protestos de rua anteriores em diversos estados (TAVARES, RORIZ, OLIVEIRA, 2016), o pico de greves registrado naquele período (BRAGA, BIANCHI, 2017) e etc. Outra visão a ser descartada é sobre sua espontaneidade. Junho de 2013 surpreendeu como raio em céu azul, como disse Karl Marx n' *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, mas não foi um evento que ocorreu sem antecedentes. Nesse sentido, o livro recente de Angela Alonso (2023) é assertivo ao tratar junho como resultante de tensões acumuladas durante uma década de governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Alonso (2023, p. 10-12) classifica as principais tendências interpretativas sobre junho de 2013: a) uma que, optando por uma análise a partir da questão distributiva, identifica junho como resultado de uma crescente de expectativas após os ganhos materiais acumulados em 10 anos de governos petistas; b) outra que aponta as mobilizações como uma resposta à crise de representação; c) uma terceira, similar, que visualiza junho como uma inovação política, em termos de sujeito, forma de mobilização e pautas; d) e a última, que, traçando o desenvolvimento dos protestos, defende que as manifestações progressistas foram sequestradas pela direita. Eu adicionaria uma quinta, que prioriza aspectos exógenos e insere o ciclo de protestos num rol de ações favoráveis aos interesses estadunidenses. Apesar da diversidade de análises, Alonso identifica corretamente um vício de origem em comum (que se estende à quinta proposição): todas tratam junho de 2013 como um fenômeno unidirecional.

Além disso, como evidenciou-se acima, junho de 2013 foi e é uma agenda de pesquisa nas ciências sociais brasileiras. Muito foi produzido em diversas áreas sobre seus diferentes aspectos. Faz-se necessária revisão de literatura para evitar um pretensão ineditismo, quando, na verdade, muito foi publicado nesse ínterim. Trabalhos na área de

antropologia focalizando em sujeitos, discursos e identidades; na sociologia política, usos do arcabouço de Charles Tilly e Sidney Tarrow para se compreender junho como um ciclo de protestos; outros, da comunicação política, priorizando o debate sobre a presença de antigas e velhas mídias no processo; e por aí vai. Ou seja, para além das teses explicativas mais gerais citadas anteriormente, há um rico arcabouço bibliográfico sobre suas particularidades.

Consequentemente, considero que o maior desafio em olhar para as *jornadas de junho* uma década depois é não cair em reducionismo. Qualquer análise sobre o evento e seus desdobramentos tem de reconhecer, de partida, seu caráter polissêmico. A partir disso, este texto não tem a pretensão de construir uma análise definitiva sobre junho, mas de afastar um pouco da cacofonia produzida sobre o tema nesta década. Mais especificamente, sobre como se relaciona – ou não – com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão da extrema-direita no Brasil e se podemos pensar em outros legados daquele processo.

Afastando ruídos: junho abriu as portas para o golpe de 2016?

Uma de muitas resultantes dos protestos de junho foi a queda de aprovação do governo Dilma, que se tornou irrecuperável. A partir deste dado objetivo e considerando os principais eventos do conflito político como uma sequência linear, tornou-se comum – sobretudo entre dirigentes partidários e intelectuais vinculados ao Partido dos Trabalhadores – a afirmação de que ali teria se iniciado um ciclo que resultaria na derrubada da presidenta. Essa assertiva coaduna com a hipótese do “sequestro” das manifestações pela direita brasileira – ou até com raros trabalhos que suspeitam de uma orquestração internacional sobre os protestos, em que os participantes teriam sido manipulados num contexto de guerra híbrida (LEIRNER, 2020; UCHOA, 2020). A revista Focus Brasil, publicação da Fundação Perseu Abramo do PT, dedicou seu número 99 aos dez anos de junho e assim tratou o ciclo de protestos (FOCUS BRASIL, 2023).

Essa hipótese não se sustenta. Primeiramente, afastar o conspiracionismo é condição para se avançar na reflexão. Para Alonso (2023), gestaram-se conflitos em torno de questões redistributivas, das moralidades pública e privada e da violência estatal, tanto na agenda de segurança pública como de crimes de Estado cometidos durante a ditadura, e três campos – neossocialista, autonomista e patriota, considerando sua autoidentificação – disputaram as ruas em torno dessas pautas. Em segundo lugar, estudos empíricos evidenciam que os perfis demográficos dos manifestantes em junho de

2013 e pró-impeachment em 2015-16 são bastante distintos, mesmo que haja zonas de correspondência (TATAGIBA, 2017; TATAGIBA, GALVÃO, 2019).

Houve, evidentemente, uma catalisação em torno do governo federal, como esperado num ciclo de protestos espalhado em capitais estaduais e cidades médias de todo o país. Ainda assim, como identificam Tatagiba e Galvão (2019, p. 87), ao separar a avaliação governamental da avaliação partidária, o *antipetismo* era difuso e pouco presente em 2013. A partir daquele mês, inclusive, não só “governo e sistema político” se tornaram reivindicações comuns, mas também pautas progressistas dobraram sua presença em protestos (TATAGIBA, GALVÃO, 2019, p. 90).

Ainda, atribuir às manifestações a origem do movimento golpista é desconsiderar a organização prévia da direita brasileira. Camila Rocha (2019) identifica a rede de *think tanks* e espaços de sociabilidade virtual forjada ao longo da década anterior. Para Rocha (2019, p. 20-23; p. 26), junho de 2013 alterou estrutura de oportunidades políticas e, a partir de então, o contrapúblico ultraliberal pôde impactar a política nacional. Já do ponto de vista do ativismo de rua, Alonso (2023, p. 66) indica a constituição de um campo de direita, heterogêneo, com divergências em suas pautas, reunido sob o símbolo da bandeira nacional.

Portanto, atribuir às manifestações de junho a origem do movimento golpista é um erro. Pode-se afirmar, sim, que a direita brasileira esteve presente e suas pautas ganharam aderência em setores mais amplos da sociedade. Ainda, a centralidade da crítica ao sistema político, por um lado; e a resposta pouco efetiva do governo federal, por outro, resultaram em instabilidade governamental (KRITSKI, 2022).

Contudo, o amplo espectro presente em junho de 2013 cindiu em 2015: a direita brasileira, heterogênea, dissonante em diversas pautas, reuniu-se sob a direção única de derrubada do governo. Os outros campos, à esquerda, estiveram reunidos na defesa da continuidade do mandato de Dilma Rousseff. Porém, assim como no sistema político (ALONSO, 2023, p. 271-272), o protagonismo das ruas foi do campo patriota, gestando o clima para a consumação do golpe (KRITSKI, 2022).

Considerações finais: buscando ressonâncias de junho de 2013

Junho de 2013 não foi a origem do golpe, mas ali esteve presente o campo que se mobilizou pelo impeachment. Por outro lado, como já ficou evidente, outros campos estavam lá – e absorveram impactos das pautas e formas organizativas de junho. As ocupações estudantis em escolas nos anos de 2015 e 2016, mesmo quando ligadas às

entidades representativas, se estruturaram, em sua maioria, em modelos autonomistas de gestão. De lá pra cá, as candidaturas de esquerda se renovaram: mais jovens, negros e negras, indígenas e representações de movimentos de luta por moradia. Portanto, a multiplicidade de sentidos de junho também acarretou legados e inspirações múltiplas.

Se o Brasil virou à direita – expressão que nomeia livro de Jairo Nicolau – a partir de 2014, não se pode olhar apenas para junho. A operação Lava Jato e o golpismo entranhado no sistema político são variáveis determinantes nesse processo. A partir de junho, as ruas estiveram abertas para todos os campos – e a direita aproveitou a janela. A direita brasileira contemporânea, em sua forma bolsonarista, é fruto de sua lapidação ao longo dos anos, e não consequência das manifestações de junho.

No limite, quando se defende que o ciclo de protestos foi fruto de ou serviu a uma conspiração, há marcas de estatolatria e demofobia. Junho tornou-se um fantasma para quem se coloca aprioristicamente contra manifestações, considerando a possibilidade de desestabilização governamental – e aposta, conseqüentemente, na repressão estatal. A demofobia é preocupante, pois, num período em que as desestabilizações governamentais e golpes de Estado se fixaram novamente na agenda política, têm derrotado o golpismo justamente aqueles governantes que apostam na mobilização popular.

Referências

ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. Depois de junho: qual futuro para uma esquerda pós-petista? In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org). **Encruzilhadas da Democracia**. Porto Alegre: Zouk, p. 65-88, 2017.

KRITSKI, Rafael. **O golpe de Estado no Brasil em 2016: uma análise a partir do conflito de classes**. São Paulo: Dialética, 2022.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. São Paulo: Alameda editorial, 2020.

FOCUS BRASIL. N° 99. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Focus_08Jun2023-1.pdf. Acesso em: 12/06/2023.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo”: a formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, n. 63, v. 3, p. 1-42, 2019.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, v. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TAVARES, F. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro de 2013. **Opinião Pública**, v. 22., n. 1, p. 140-166, 2016.

UCHÔA, Marcelo Ribeiro. Lava Jato: guerra híbrida, lawfare e ataque à democracia no Brasil. **Sul Global**, n. 3, v. 1, p. 137-151, 2022.

* Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF). Foi professor substituto do Departamento de Ciências Sociais de Campos da UFF (COC-UFF) e professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Contato: rafaelkritski@gmail.com

Violência institucional e gênero: a ausência do Estado que revitimiza as mulheres

Thais Ferreira Rodrigues*

As violências de gênero constituem-se em um assunto urgente de investigação em decorrência da sua grande incidência na sociedade, sendo também um relevante determinante de saúde. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 28,9% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão em 2022, o que corresponde a 18,6 milhões de mulheres. Estes dados fazem com que a violência de gênero possa ser considerada uma “epidemia invisível” que atinge as mulheres.

Em vista disso, buscamos discutir neste texto os desafios e potencialidades da rede intersetorial de enfrentamento às violências de gênero, tomando o bairro do Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro, como estudo de caso. Nossa análise tem como foco a implementação das políticas públicas através da burocracia de rua e na discricionariedade presente na ação pública destes agentes. Destaca-se que no território analisado há ausência do Estado em diversos aspectos, fazendo com que setores da rede intersetorial fiquem sobrecarregados, com destaque para os dispositivos de saúde. Tal ausência é classificada como violência institucional, mais uma dentre as várias que as mulheres em situação de violência encontram ao não terem seus direitos garantidos.

Neste sentido, procuramos discutir as principais diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEVCM) e a estrutura que ela determina acerca da rede intersetorial responsável por sua implementação, identificando o que existe no território examinado e o que a ausência de dispositivos fundamentais pode causar no atendimento às mulheres em situação de violência.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi formulada em 2011 e sua estruturação partiu do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) que, por sua vez, foi elaborado tendo como base da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2004. Encontra-se também em consonância com a Lei nº 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha” e com convenções e tratados internacionais. O conceito de violência contra as mulheres abarca “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Compreende diversos tipos de violências, sendo as principais: a violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), a violência sexual, o abuso e a exploração sexual

mulheres adolescentes/jovens, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e, por último, a violência institucional (BRASIL, 2011, p.8)

Esta última, foco principal da análise, é considerada como aquela praticada, por ação ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos. A violência institucional é realizada por agentes públicos que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos. Pode ser caracterizada como a falta de acesso aos serviços e a má qualidade dos serviços prestados e por abusos cometidos em virtude das relações desiguais de poder entre profissional e usuário.

De acordo com a PNEVCM, uma estrutura estatal que não seja violenta com as mulheres necessita ter uma rede de atendimento que busque dar conta da complexidade das violências e do caráter multidimensional do problema e deve perpassar pelas áreas de saúde, educação, segurança pública, justiça, assistência social etc. A atuação da rede intersetorial deve se articular a partir dos eixos de prevenção, assistência, combate e assistência de direitos.

As ações de prevenção que abarcam ações educativas e culturais e de assistência que englobam a rede de atendimento e capacitação de agentes públicos podem ser identificadas no Jacarezinho. Isto acontece na medida em que os dispositivos de saúde, educação e assistência social, mesmo com estrutura insuficiente, conseguem estar presentes no território, além de firmarem parcerias com instituições externas para capacitação e formação de seus burocratas de rua.

A questão que se coloca é que em territórios marcados por vulnerabilidades diversas e violências tanto estatais, quanto cometidas por grupos criminosos que exercem domínio armado, os eixos relacionados à segurança pública e justiça, principalmente, são comprometidos. O eixo de combate, relativo às ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha e a garantia de direitos, no que diz respeito ao cumprimento da legislação, estão deficientes em diversos âmbitos, desde a ausência física no território até na falta de comunicação efetiva com a população sobre a existência e função de dispositivos, leis e direitos.

Além do que, aparecem de forma recorrente falas das mulheres sobre a dificuldade em acionar o poder policial em casa de violência, por uma alegada indisponibilidade em entrarem no local pela possibilidade de confronto com os grupos criminosos que exercem domínio armado. A própria polícia também comete diversas violências contra as mulheres, o que faz com que não exista uma relação de confiança para solicitação de atendimento. Destaca-se, inclusive, que o Jacarezinho foi contemplado pelo programa “Cidade Integrada” do governo estadual que consiste na ocupação das favelas pela

Polícia Militar. Em relatório de pesquisa que avaliou a atuação do programa em seu primeiro ano, há relatos de diversas violências cometidas pelos policiais contra as mulheres durante as abordagens (OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA, 2022). Considera-se, portanto, que a ausência do Estado no trabalho coletivo da rede intersetorial e as violências diretas cometidas por seus representantes da segurança pública configuram-se como violência institucional e revitimização das mulheres em situação de violência.

A Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro (SPM-RIO), por sua vez, possui uma rede com alguns dispositivos como as “Salas da Mulher Cidadã” que são espaços de oficinas e rodas de conversas para mulheres que, apesar de existirem algumas unidades na zona norte da cidade, não está presente no Jacarezinho. Possui também o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) Chiquinha Gonzaga, localizado no Centro e capacitado para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Destaca-se como principal dispositivo da atual gestão municipal as “Casas da Mulher Carioca” por englobar cursos de capacitação profissional, atendimento psicossocial, orientação jurídica e pedagógica. No entanto, uma mulher que reside no Jacarezinho que esteja em situação de violência e queira procurar algum tipo de orientação para atendimento, não encontra uma Casa no território, a mais próxima e indicada para essa busca seria a Casa da Mulher Carioca Tia Doca em Madureira. O deslocamento para lugares distantes pode ser um fator de desistência para a procura de atendimento por questões financeiras ou por falta de tempo disponível.

Diante do exposto, cabe aos dispositivos de saúde a maior responsabilidade em relação ao enfrentamento às violências de gênero no território. Existem duas Unidades Básicas de Saúde que atendem a população, o Centro Municipal de Saúde Renato Rocco e a Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira. Os burocratas da rua que fazem parte da atenção básica de saúde estão em contato direto com a população em sua totalidade e são os únicos agentes públicos que têm contato direto com o interior da residência dos moradores durante as visitas domiciliares. Há possibilidades, portanto, de identificação de violências diversas e de criação de estratégias coletivas de cuidado e acolhimento às mulheres em situação de violência.

Tendo em vista que essa a atuação dos burocratas de rua não passa por uma formação obrigatória específica na temática nem possui diretrizes elaboradas institucionalmente, considera-se que ainda depende da discricionariedade de cada um. Percebe-se, então, que a busca individual por formações oferecidas por instituições

parceiras e as rodas de conversas temáticas têm sido determinantes para que ocorra um atendimento mais atento à questão. Foi ressaltado pelos entrevistados o incentivo da Coordenação de Área de Saúde (CAP) 3.2, responsável pelos dispositivos de saúde do território, para que isto seja possível.

Assim, torna-se fundamental colocar luz sobre a ausência da estrutura estatal como uma violência institucional contra as mulheres em situação de violência e, conseqüentemente, uma violação dos seus direitos básicos. É o Estado quem deve encarar o enfrentamento às violências de gênero como política pública institucionalizada em sua estrutura, não cabe aos burocratas a sobrecarga da execução e da decisão de como implementar. E, se tratando da área da saúde e sua predominância de burocratas de rua mulheres, ressalta-se que em vários casos, são mulheres que sofreram violências diversas atendendo outras mulheres violentadas.

As instituições públicas devem funcionar como ferramentas no combate às violências. Também é essencial que os sistemas implementem políticas internas de qualificação e diálogo para os seus trabalhadores, a fim de que eles enfrentem tanto barreiras individuais quanto estruturadas socialmente e possam, de fato, amparar as mulheres.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em 01/06/2023

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. **Relatório de pesquisa: Avaliação do Programa Cidade Integrada no Bairro do Jacarezinho**. Rio de Janeiro, 2022

* Mestre e Doutora em Ciência Política (UFF), com estágio pós-doutoral em Psicologia também pela UFF. Atualmente está em estágio pós-doutoral em Saúde Coletiva na ENSP/FIOCRUZ-RJ. Estuda políticas públicas de saúde com ênfase em violências de gênero. E-mail: thaisferreira@id.uff.br

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.